



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB  
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXI - Nº 77 - Mar/Abr 2009

A demissão do presidente do BB, Lima Neto, abriu uma discussão sobre as atribuições do BB. Na página central leia duas opiniões divergentes sobre o assunto.

Grupo de amigos cria movimento para resgatar a decência.  
Página 6

UNAMIBB vota contra a Nota Explicativa do Balanço do BB que trata da revisão dos cálculos de seus ativos e passivos atuariais de acordo com a Deliberação CVM.  
Página 3

Confira na página 7, artigo de um associado trata do "Fator Previdenciário".

O Editorial trata do resgate do Banco do Brasil de fomento.  
Página 2

## O mundo continua plano

*Eustáquio Wagner Guimarães Gomes\**

Para Thomas Friedman, autor do best-seller "O Mundo é Plano", a globalização atravessou três grandes eras, sendo que a última delas achatou e encolheu o mundo definitivamente, redistribuindo o poder de fazer acontecer.

Globalização é um termo que foi cunhado na era Bill Clinton, para descrever as relações entre governos e grandes empresas. Determinados empregos agora se dão no espaço cibernético, profissionais interagem com outros nos diversos cantos do mundo, bens e serviços são gerados, a um só tempo, por cadeias produtivas formadas em diversos lugares. Crises também.

A rapidez e a amplitude dessas crises, nesse contexto, tornam-se fulminantes. Mas o que está acontecendo hoje é um fenômeno muito mais amplo e profundo: a recessão, em cascata, provoca um gigantesco processo de aversão ao risco, direcionando as reservas monetárias para os títulos considerados mais seguros - os do tesouro americano, por exemplo -, causando o chamado empoçamento da liquidez e trazendo impacto negativo ao dinamismo das economias emergentes, a exemplo do Brasil.

O Banco Central já promoveu uma forte queda na taxa Selic, política que, aliada à possível mudança na taxa que remunera a caderneta de poupança, visa a incentivar o consumo interno e reativar a Economia.

A queda livre na arrecadação de impostos já equivale a dois por cento do PIB em um ano, afetando o andamento do PAC, tão caro ao Presidente Lula e, também, motor propulsor da candidatura Dilma Rousseff à Presidência da República. Até os Prefeitos Municipais, angustiados, reclamam da queda na arrecadação no Fundo de Participação dos Municípios.

Outrossim, um por cento de queda na taxa Selic representa uma economia nos

gastos públicos, via pagamento de juros, equivalente a 0,23%(vinte e três centésimos por cento) do PIB em um ano.

Como a macroeconomia sempre responde em conformidade com as indagações que os fatos microeconômicos lhes são apresentados, continua rondando por aí um imposto disfarçado, embutido no preço da gasolina, que não acompanhou a queda significativa no preço internacional do petróleo. Isso ajuda que se persiga o superávit primário.

Ainda não se sabe se esses remédios aplicados foram ministrados na dosagem suficiente para que o Brasil sofra menos com uma desaceleração da atividade econômica.

Inflação sob controle e o superávit que, aos poucos, volta à balança comercial, podem ajudar na continuidade do processo de redução da dívida/PIB.

Como o mundo é plano, surgem fatos novos: o FED surpreendeu ao abrir linha de US\$ 300 bi para o Tesouro da América e US\$700 bi para aquisição de ativos mais antigos das carteiras podres dos Bancos, através de leilões que os precificarão, estimulando os investidores institucionais a voltarem a um mercado de risco que renasce com perspectiva de geração abundante de lucros.

Essa medida se soma à aquisição de ativos que o tesouro americano já vem realizando e, sem sombra de dúvida, ao aumentar a liquidez do sistema financeiro, como um todo, diminui a onda de incertezas.

Outro fato diz respeito aos resultados obtidos na reunião do G20, em Londres, que promete injetar mais US\$ 1,1 trilhão na economia mundial, a maior parte através do FMI.

Ainda que a era dos profetas continue restrita à Bíblia, pode estar se iniciando, efetivamente, a recuperação da credibilidade perdida.

(\*) Membro do Conselho Fiscal do Banco do Brasil

## Banco do Brasil: o resgate do banco de fomento

Entendemos que qualquer nome que venha a ser indicado para o Banco do Brasil, quando retirado de seus próprios quadros de carreira, cumprirá fielmente e com competência as políticas definidas pelo Tesouro e sempre pensando no próprio Banco, no país e na segurança do mercado financeiro. Assim, o que esperamos é que essas políticas venham a ser ousadas e bem definidas.

Há anos, o Sistema Financeiro Nacional transformou-se num oligopólio de poucos e grandes bancos - que dominam mais de 70% dos produtos e serviços bancários do País - e deixou de cumprir seu papel no desenvolvimento nacional, passando a cobrar spreads exorbitantes, que sufocam a indústria e a agricultura do País.

Infelizmente, desde 1996, quando o então Presidente do Banco do Brasil, Dr. Paulo Ximenes, afirmou, que iria "Bradescalizar" esse banco público, transformando-o em mais um banco de varejo privado nacional, que o Banco do Brasil deixou de ser moderador de taxas no mercado e passou a apoiar, com spreads altíssimos, o oligopólio do Sistema Financeiro Nacional. A expressão "Bradescalizar", certamente não vinha como pejorativo a esse grande banco privado que cumpre exatamente as funções idealizadas pelo seu proprietário. Nós entendemos que bancos privados já existem muitos, mas o que o país necessita é de um Banco do Brasil que fomenta políticas públicas de crédito e investimento

Em países mais desenvolvidos, grandes bancos sobrevivem com spreads bem abaixo daqueles praticados no Brasil, cumprindo seu papel de parceiro do setor produtivo e sem prejuízo dos acionistas, pois seu lucro é obtido através de uma escala maior (volume) de operações.

Toda empresa de economia mis-

ta tem que ter um objetivo a ser cumprido dentro da economia nacional, que justifique a alocação de recursos públicos e privados para sua criação.

Durante boa parte de sua existência, o Banco do Brasil cumpriu, com excelência, seu papel de banco agrícola e de comércio exterior, mesmo possuindo ações na Bolsa de Valores e remunerando bem seu quadro de funcionários.

Desde de sua transformação a partir de 1996, o Banco do Brasil abandonou sua parceria com os agricultores e com os exportadores brasileiros - que não contam mais com um banco agrícola, nem com um Eximbank, ao contrário da maioria dos países desenvolvidos -, para beneficiar outras modalidades de operações mais lucrativas.

Contudo, essa estratégia foi um verdadeiro fracasso, levando o Banco do Brasil a perder a posição de maior banco do Brasil, além de deixar insatisfeitos um número cada vez maior de clientes (pressionados a comprar produtos que não necessitam, apenas para elevar as metas de venda do Banco) e funcionários (seu quadro de carreira foi extinto em 1997, durante a gestão do Presidente Paulo Ximenes).

Acreditamos que o Banco do Brasil deveria voltar a ser um banco especializado em agronegócios (commodities, agroindústria, agroquímica, agroenergia, biotecnologia e meio ambiente), setor onde o País detém sua maior vantagem comparativa e o único capaz de promover um verdadeiro crescimento sustentado em todo o território nacional (100% do superávit da Balança Comercial Brasileira em 2007 e 2008 veio do agronegócio).

A exemplo do Rabobank, banco cooperativo holandês e a única instituição financeira privada no mundo com classificação triple A (pela Moody's, Standart & Poors e Fitch), o Banco do Brasil, que já foi o maior banco agrícola do mundo até 1984, poderia ser um banco especializado

em agronegócios, cobrar spreads menores e dar lucro.

Provavelmente, o Banco do Brasil irá necessitar de um novo aumento de capital, pois tem sido utilizado pelo Governo em seu programa anticíclico, para combater os efeitos perversos da atual crise financeira internacional.

Apoiamos, integralmente, a realização desse aumento de capital e sugerimos que o BNDES seja seu principal protagonista, utilizando parte dos R\$ 100 bilhões que recebeu do Tesouro Nacional e transformando-se no maior acionista do Banco do Brasil.

Essa estratégia permitiria uma melhor alocação de recursos (capacidade instalada) e uma maior racionalização dos custos, evitando, por exemplo, que o BNDES venha a abrir empresas no exterior, quando poderia utilizar a rede externa do Banco do Brasil.

Assim, seria possível criar uma nova holding dos bancos públicos federais, bem como um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, capaz de apoiar a expansão das empresas brasileiras no exterior; de financiar as exportações do País; de captar recursos baratos nos mercados financeiros internacionais; e de realizar alianças com o setor público e privado, nacional e internacional, visando sempre o desenvolvimento nacional, num contexto de economia globalizada.

E quanto mais forte e bem sucedida for essa nova holding melhor será para os acionistas do Banco do Brasil.

### Novas regras da Ortografia brasileira

Informamos que o **Notícias do BBrasil** ainda não adotou as novas regras da ortografia brasileira porque ainda existem muitas dúvidas a serem esclarecidas e até mesmo a grande imprensa tem divergido sobre o assunto. Como o nosso prazo é até 2012, vamos adotá-las gradativamente.

# DECLARAÇÃO DE VOTO

**A UNIÃO NACIONAL DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS DO BANCO DO BRASIL** – UNAMIBB, sociedade civil sem fins lucrativos e de âmbito nacional, fundada em 17 de dezembro de 1986 - CNPJ/MF 22.442.479/0001-59, com sede e foro na Av. do Contorno, 6437, sala 301, CEP 30110-039, Belo Horizonte(MG), e atos constitutivos arquivados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Gero Oliva, sob nº 66.607, em 17.12.1986, representado por sua Procuradora firmatária conforme instrumento tempestivamente apresentado ao setor competente, faz a seguinte.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### **NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DO BANCO DO BRASIL EM 23 DE ABRIL DE 2009**

Para consignação em ata, a entidade signatária, na qualidade de representante legítima dos sócios minoritários do BANCO DO BRASIL S/A, faz a presente declaração de voto contrário especificamente à Nota Explicativa nº 29g, do balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, consoante a qual a Administração, informa que:

*“29 - g) Impactos no Resultado Decorrente da Revisão dos Cálculos dos Ativos e Passivos Atuariais de Acordo com a Deliberação CVM n.º 371/00*

*O Banco do Brasil divulgou, no dia 23.01.2009, fato relevante comunicando ao Mercado que revisou os cálculos de seus ativos e passivos atuariais de acordo com a Deliberação CVM n.º 371/00, da Comissão de Valores Mobiliários, e em decorrência da Resolução CGPC n.º 26, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, de 29.09.2008.*

*Dessa revisão resultou a contabilização de parte dos ganhos atuariais não reconhecidos do Plano de Aposentadoria e Pensão (Plano de Benefícios n.º 1, da Previ), de perdas atuariais não reconhecidas do Plano de Assistência à Saúde (Cassi) e os respectivos efeitos fiscais diferidos em consonância*

*com a publicação da Medida Provisória n.o 453, de 23.01.2009.*

*A Deliberação CVM n.º 371, em linha com os princípios contábeis internacionais, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro, conforme estabelecido na referida Deliberação.*

*A Resolução CGPC n.º 26 veio esclarecer questões relacionadas à interpretação do direito das patrocinadoras e dos participantes aos recursos excedentes originados das contribuições (e de seus rendimentos) de ambas as partes. Segundo aquela Resolução, o excedente deve ser atribuído aos patrocinadores e participantes na proporção das contribuições efetuadas.*

*Foram impetradas por entidades de classe e associações ações judiciais que questionam a legalidade da Resolução CGPC n.º 26, sendo que em algumas delas foi negado o pedido de liminar para suspender os efeitos da referida Resolução, e em outras, o pedido foi acatado. A Administração do Banco, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que a Resolução CGPC n.º 26 está revestida de legitimidade e que o judiciário pacificará o entendimento em relação ao direito e forma de divisão do superávit como definido na referida Resolução.*

*Tendo em vista as diversas ações movidas em relação à Resolução CGPC n.º 26, o Banco do Brasil entende que, embora essa norma tenha esclarecido algumas questões que vinham sendo discutidas até então, principalmente, com referência aos valores a serem atribuídos aos patrocinadores e participantes quando da existência de superávit nas entidades de previdência complementar, essa Resolução não altera as definições existentes na regulamentação vigente, não tendo por-*

*tanto efeitos sobre a necessidade de registros dos ativos e passivos atuariais requeridos pelas instituições de capital aberto, regulamentados por meio da Deliberação CVM n.º 371/00. (...)”*

Constata-se que Banco do Brasil S/A contabilizou, em seu balanço, ganhos atuariais decorrentes da utilização do superávit da Previ em alegada conformidade com a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008. Veja-se que o Banco afirma que revisou o balanço e que o superávit da Previ gerou impacto positivo em seu lucro líquido.

**Ocorre, todavia, que a informação não é verdadeira. O Banco do Brasil S/A alega ter se baseado em uma Resolução cuja legalidade está a ser questionada em processos judiciais acolhidos e aceitos nos quais foram exaradas decisões liminares que proíbem o Banco do Brasil de efetuar qualquer reversão de parte do superávit da Previ até decisão judicial de mérito definitiva.** Mas, ainda que assim não fosse, a informação, noticiada pelo Banco do Brasil, de que se baseou na Resolução nº 26, também carece de veracidade, eis que a referida Resolução 26 contém exigências não observadas pelo Banco.

O que configura prática contábil de registro de ativo sujeito a litígio judicial com repercussão no resultado do exercício. A contabilização, ainda que favorável no momento presente aos acionistas minoritários, pode ser revertida a qualquer tempo com graves danos à posição acionária desses e o Banco do Brasil não tem base legal para sustentar sua afirmativa de que o judiciário vai pacificar seu entendimento em relação ao direito e forma de divisão de superávit.

Razão porque, por estas relevantes questões, a instituição signatária impugna especificamente as demonstrações e práticas contábeis relacionadas com a Nota Explicativa acima, razão de nosso voto contrário à aprovação dos tópicos aqui referidos.

**A UNAMIBB – UNIÃO NACIONAL DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**

*Após a demissão do presidente do BB Antonio Francisco Lima Neto muito se discutiu sobre o discurso com a equipe econômica e prometeu “juros competitivos”. Abaixo mostramos a Manifeste a sua opinião através de no*

## Um péssimo precedente para o BB

Assim como contratar, demitir é uma arte. Exceto em casos de flagrante delito, quando o cidadão foi pego com a boca na botija, com a mão na massa, demitir exige, no mínimo, respeito pela pessoa cujos serviços não são mais necessários.

Por tudo isso, a até agora inexplicada demissão do presidente do Banco do Brasil, Antonio Lima Neto, é um péssimo precedente para o mercado. Alegadamente, Lima Neto caiu porque se recusou a baixar o spread cobrado pelo BB nos empréstimos.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem até às 13 horas desta quarta-feira para encontrar uma boa justificativa para defenestrar um dos melhores presidentes que o BB já teve. Sob a gestão do funcionário de carreira Lima Neto, o BB não apenas comprou o Banco Votorantim, a paulista Nossa Caixa, o Besc de Santa Catarina e o Bep do Piauí, mas equiparou seu desempenho ao dos grandes bancos privados, de quem o BB costumada perder feio na corrida pela rentabilidade.

Cá para nós, acho pouco provável que o governo tenha boas razões para demitir Lima Neto, excetuando-se o fato de que é uma estratégia eleitoral, digo, governamental, baixar os juros dos empréstimos. Se o presidente do banco recomenda prudência, essa não é uma atitude eleitoral, digo, republicana. Demita-se o homem, portanto.

Claro, o bando de especuladores que forma o mercado está reagindo mal a tão clara necessidade republicana e as ações estão caindo quase 6%. Chegaram a cair mais de 8%, mandando o Índice Bovespa para o terreno negativo no fim da manhã.

Em tempo: isso prova que só há desalmados no mercado, que não estão apoiando o próximo presidente que, com certeza, tornará o BB um instrumento eficaz na manutenção do desenvolvimento e no apoio às classes mais favorecidas. Depois, daqui a alguns anos, injetem-se alguns bilhões de reais do meu, do seu, do nosso dinheiro para capitalizar o BB e não se fala mais nisso.

Para entender porque o que aconteceu no Banco do Brasil é um completo absurdo, vamos traçar um paralelo com a coisa mais dolorida que existe: tratamentos dentários.

Pense em uma cidade pequena que tem poucos dentistas. Não há profissionais independentes, apenas duas clínicas dentárias.

Uma delas é uma clínica privada, que atende muito bem os pacientes, tem critérios rígidos de contratação de dentistas, mas que cobra tarifas doloridas.

A outra é uma clínica da prefeitura, que executa duas tarefas. Além de tratar dos dentes da galera, a clínica faz justiça social.

Ela garante que os estudantes de odontologia que tiveram

as piores notas da classe não fiquem sem emprego. Assim, ela não contrata os melhores dentistas, mas sim os mais merecedores de justiça social.

É uma atitude louvável. Mas, só uma perguntinha: em qual clínica você trataria os seus dentes? Aposto um tratamento de canal que sua escolha seria a clínica privada, e a justiça social da clínica concorrente que fosse à matroca.

O que essa história tem a ver com o BB? Tudo. O BB, assim como qualquer outro banco, não inventa dinheiro nem imprime dinheiro. Os bancos são apenas intermediários, que captam dinheiro de investidores e os repassam a tomadores de empréstimos, ganhando um percentual de diferença, o famigerado *spread* bancário, que é igual para todos os bancos.

Tudo bem, os lucros são quase exorbitantes, mas o fato é que todos os bancos concorrem no mesmo mercado.

Se o Banco do Brasil resolver fazer justiça social e cobrar juros menores pelos empréstimos, tudo bem; mas ele terá, provavelmente, dificuldade em remunerar as aplicações de maneira competitiva com os seus concorrentes privados.

A contrapartida é abrir mão de uma significativa fatia dos lucros, pois ele vai estar comprando dinheiro caro e revendendo dinheiro barato, lucrando bem menos. Você investiria seu dinheiro nos CDB ou compraria ações de um

# Os juros: dois lados da mesma moeda

...re a redução dos spreads bancários. O novo presidente do Banco, Aldemir Bendine, afinou... nos duas opiniões diferentes sobre o mesmo assunto. E você leitor, de que lado está?  
...isso e-mail: unamibb@unamibb.com.br

Cláudio Gradilone (\*)

banco que fizesse isso?

Não por acaso, as ações do BB despencaram no pregão desta quarta-feira, e deverão demorar para se recuperar. Há tempos o BB vinha fazendo um esforço hercúleo para melhorar não só sua comunicação com o mercado, mas também a imagem que os profissionais de mercado faziam dele. Atitudes mal-explicadas como a substituição do presidente Antonio Lima Neto agem nesses esforços como uma bem-treinada equipe de demolição.

Em tempo: O presidente da Força Sindical, senhor Paulo Pereira da Silva, comemorou a saída de Antônio de Lima Neto da presidência do Banco do Brasil.

- Lima Neto era um impedimento à redução dos spreads e dos juros no BB. Deixamos claro ao Lula que ficamos satisfeitos com a demissão porque parecia que o presidente Lula não mandava no BB, disse o senhor Paulo Pereira da Silva à Agência Estado.

Como diria um chefe de arte com quem trabalhei no século passado: a nível de banqueiro, o senhor Paulo Pereira da Silva é um ótimo sindicalista.

(\*)Cláudio Gradilone é jornalista e economista. Autor do Blog do Investidor publicado no Portal da Revista Exame. O texto acima foi publicado em 08/04/2009 e extraído no seguinte endereço: <http://portalexame.abril.com.br/blogs/gradilone/listar1.shtml>

## “Combatemos”

Luis Antonio Castagna Maia (\*)

“Combatemos dirigentes de bancos públicos que se comportam como dirigentes de bancos privados”. A frase é da ministra Dilma Rousseff. A frase é perfeita.

II

Já comentei isso em outras oportunidades: é um absurdo exigir que a laranjeira dê maçã. É um absurdo exigir de uma instituição aquilo que não é da sua natureza. Qual a missão da CEF? Habitação e saneamento. Qual a missão do INSS? Previdência social, seguro social. Se a CEF estiver promovendo o saneamento, ótimo. Significa dizer: o objetivo dessas instituições é cumprir sua missão, não é dar lucro ou superávit.

III

Já o BB é uma sociedade de economia mista. E, nessa condição, tem também suas responsabilidades como instituição governamental. Só que se estabeleceu no BB uma disputa absurda: qual o dirigente que consegue registrar maior lucratividade em balanço.

IV

Qual o papel do BB durante a crise? Tem não apenas o financiamento, mas o próprio direcionamento da agricultura; tem a possibilidade de mapear e

financiar o setor industrial, de transformar concretamente regiões inteiras do País. E o que estavam fazendo seus dirigentes? Melhorando seus próprios currículos: cada um queria registrar um lucro maior do que o dirigente anterior.

V

O Banco do Brasil se mantinha no topo dos que mais cobravam “spreads”. Ou seja, se mantinha igual a qualquer banco privado. O Presidente da República mandou baixar as taxas, baixar os “spreads”. De nada adiantou. O Presidente da República estava desmoralizado porque, embora a ordem recebida, embora o clamor de toda a indústria, todo o comércio, toda a agricultura, o Presidente do BB mantinha a instituição com uma lógica absurda de privilegiar a lucratividade em detrimento da economia nacional.

VI

A frase de Dilma é extraordinária. É um marco. Finalmente o governo resolveu exigir que os bancos públicos ajam de forma concreta contra a crise, que contribuam para o aquecimento da economia, para a geração de empregos.

Publicado em em 09/04/2009 no seguinte endereço: <http://www.castagnamaia.com.br/blog/2009/04/09/combateamos/>

# A Cassi em 2008

*José Anchieta Dantas\**

Os números referentes aos resultados financeiros, aí incluídos, os do Plano de Associados, dão uma certa tranquilidade. No entanto parte dessa segurança se deve ao aumento significativo da co-participação dos associados e não exclusivamente à gestão administrativa e financeira. Esse incremento foi introduzido no Estatuto sob coação, pois na época a Cassi, em suas comunicações ao Corpo Social transmitia, diante do vultoso déficit do Plano de Associados, a idéia de que este ficaria inviável e o Banco só aportaria recursos, os quais nada mais eram do que a dívida decorrente de sua inadimplência, se aquele regulamento fosse aprovado. Assim, ou se votaria a favor ou o plano, composto por um grande contingente de idosos, sem condições financeiras para migrar para outro plano, ficaria desassistido em uma fase de suas vidas que mais precisa de assistência à saúde. É interessante lembrar que em 1970 a Caixa assumiu completamente a assistência à saúde de seus filiados e logo após, em 1973, a filiação tornou-se obrigatória. Essa assunção, hoje, deixa muitos procedimentos médicos fora da cobertura, gerando muitas insatisfações e demandas judiciais. Sobre esse aumento enviei, em 19.11.2007, e muitos outros colegas também, carta para ANS sobre irregularidades das alterações na referida co-participação. Pelo menos a minha, até agora está sem resposta e acredito que jamais virá. Por essas razões e em virtude dos questionamentos a seguir, pessoalmente, não aprovarei o Relatório Anual de 2008:

1) ausência de informações financeiras esclarecedoras sobre convênios de reciprocidade.

Essa ausência abrange:

- a) o não fornecimento de dados sobre taxas de participação no uso das instalações, tais como de equipamentos, móveis e administração; de participação na depreciação do imobilizado; na formação de novos investimentos; no risco de inadimplência e nas provisões técnicas para atender à Resolução Normativa ANS 106 / 2007. Sem esses dados, os associados ficam com a sensação de que estão custeando esses ônus para aqueles conveniados;
- b) demonstrativos contábeis de resultados de cada conveniente. Sem essas peças contábeis não se pode avaliar se tais convênios são ou não rentáveis;
- c) proporção mensalidades pagas por

cada conveniente à Cassi / quantidade dos seus respectivos participantes e a proporção total das mensalidades pagas pelos associados da Cassi em cada plano / quantidade dos respectivos participantes. Essas proporções são necessárias para aferir se o associado da Cassi está sendo mais onerado ou não do que os filiados àqueles convênios;

- d) eventos cobertos para os participantes dessas entidades, para efeito comparativo com os dos participantes da Cassi.

2) Crescimento da inadimplência relativa a esses convênios.

Em relação a 2007 essa inadimplência cresceu 16,9 %. É um resultado desfavorável bem expressivo.

3) Proporção, em cada estado da federação, da quantidade de assistidos dos Planos Associados + Família + Dependentes Indiretos / quantidade de prestadores de serviços em cada estado da federação. Essas proporções, por estado, são indispensáveis para avaliar se alguma região está mais bem assistida do que em outras;

4) Variação percentual do total das contribuições dos associados e do Banco.

Essas variações são necessárias a fim de que se possa acompanhar se as responsabilidades do Banco estão ou não variando igual às dos participantes, em virtude de o Art. 16 do Estatuto especificar que a contribuição mensal do patrocinador não excederá o limite de 4,5 % dos benefícios e proventos gerais. Como a inflação medida pelo INPC – Saúde poderá crescer mais do que o INPC que corrige benefícios e proventos, o BB poderá paulatinamente beneficiar-se com ônus cada vez menores, gerando possível desequilíbrio entre receitas básicas e despesas básicas, terminando na necessidade de reajuste das contribuições apenas dos associados já que a do Banco está limitada. Acrescente-se a essa hipótese a questão levantada no parecer da auditoria independente, em seu parecer, item 4, de que caso a condição da Cassi de isenta e de não contribuinte de impostos seja negada nos fóruns judiciais competentes, esta terá de reavaliar seus planos. Aí, com certeza, mais aumento de contribuições virão. E o patrocinador, o BB, também terá sua parte majorada, tendo em vista o que dispõe o Estatuto no Art. 16 acima mencionado?

(\*) Aposentado do BB, associado e colaborador da UNAMIBB

## Grupo de amigos cria movimento em busca da decência

A ganância vem transformando a humanidade há séculos, mas nada comparado aos últimos 30 ou 40 anos. Nessas décadas passadas a corrupção e a impunidade vêm formando uma sociedade de canalhas onde a decência, a moral e o ser humano (a essência humana) são o que menos importam. Matar tornou-se hábito, mais do que isso: tornou-se banal. A violência é resultado da individualidade descabida e da falta de amor ao próximo. É preciso repensar o papel do ser humano e o valor do “Contrato Social”. Cansados de tanta corrupção e de assistirem o esfacelamento das diretrizes morais que deveriam reger a vida de pessoas de bem, um grupo de amigos decidiu criar um movimento contra a derrocada da decência. Assim nasceu o Movimento Humanos Decentes em 10 de outubro (dia da honestidade) de 2006. A proposta é a de congregar pessoas que desejem, não apenas detectar e reclamar do que está errado, mas, especialmente, participar com suas ações no dia a dia para um mundo melhor. Em seu site na Internet: [www.humanosdecentes.com.br](http://www.humanosdecentes.com.br), no link “A que nos propomos”, os coordenadores do movimento explicam: “Por sermos essencialmente humanistas acreditamos que temos a obrigação de praticar a DECÊNCIA como a mais nobre das condutas. Não transigimos um nano-milímetro sequer de praticar e pagar a decência como fundamental para a recuperação moral da humanidade e deste mundo que nos foi legado gratuitamente e que pretendemos deixar melhor para nossos filhos e netos.” Eles acreditam que o mundo pode ser mudado através de atitudes simples como a cordialidade de um “bom dia”, um “por favor”, um “com licença”, um “muito obrigado” e principalmente um “me desculpe”. Ao colocar essas atitudes em prática, eles descobriram experiências maravilhosas e resolveram compartilhá-las não só nas reuniões mas através de um Debate-Papo no site.

Para conhecer mais sobre o Movimento acesse o site: [www.hunamosdecentes.com.br](http://www.hunamosdecentes.com.br) e você vai se surpreender. Acredite: serem humanos decentes ainda existem e querem se unir por um mundo melhor..

## Fator Previdenciário

*Luiz Viégas da Motta Lima (\*)*

O artigo 202 da Constituição Federal (CF) assegurou, na Previdência Social, o direito de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, este inicialmente referido como tempo de trabalho.

Desde muito, alguns políticos, “técnicos” e governantes implicavam com o tipo de aposentadoria por tempo de contribuição, alegando que havia pessoas que se aposentavam ainda muito jovens. Esqueciam ou fingiam ignorar que, para aposentar-se com tempo de contribuição de 35 anos, ainda jovem, teriam que ter iniciado suas atividades laborais ainda mais cedo. Por exemplo, para aposentar-se com 50 anos de idade, com 35 anos de contribuições, como exigido, é porque se iniciara com 15 anos. Sabendo-se que a idade mínima legal de trabalho é de 14 anos.

Essas mesmas pessoas ou a maioria delas, entretanto, não achavam nada de mais uma criatura aposentar-se aos 65 anos de idade, tendo contribuído por apenas 15 anos. Portanto, tendo se iniciado na atividade laboral com 40 anos de idade.

Ora, na maioria das vezes, quem se inicia no trabalho com menos idade, normalmente é mais modesto. E, nesses casos, geralmente o trabalho é mais penoso, mais pesado, menos remunerado e em piores condições de execução. Só se inicia mais tarde, quem tem recursos próprios ou alguém para sustentá-lo, quase sempre estudando e se capacitando para profissões mais elevadas e melhor remuneradas. Isto, além de levar-se em conta que aquele que contribuíra por mais tempo aportara ao sistema maior volume de contribuição. No caso do exemplo acima por mais 20 anos que o outro.

As variações podem ser diversas, mas o que importa, no caso, é o pre-conceito. É o argumento de que, aposentando-se com menos idade, fosse receber benefício por um maior número de anos. Estaria recebendo por mais tempo do que o que passara contribuindo. Onerando o sistema. Isto agora “agravado” pelo aumento da longevidade.

Acontece que a previdência social

é um sistema solidário. Muitos casos há de pessoas que contribuem vários anos e morrem sem nada receber, à falta de herdeiros habilitados. As contribuições, histórica e cientificamente, devem ter tríplice origem (empregados, empregadores e governo) para garantir esse pacto de solidariedade, também “amarrado” na existência de proporcionalidade contributiva e de um limite teto que impede proventos acima do conceito de sobrevivência.

Pensando assim, por duas tentativas em legislaturas seguidas, durante o mandato de FHC, intentaram modificar a CF instituindo limite de idade para as aposentadorias por tempo de contribuição. Derrotados em ambas as tentativas, inclusive por atuação daqueles que hoje estão no poder, “inventaram” um conceito de “esperança de sobrevida”, criaram uma índice para ele, índice este passível de reajuste aleatório, e “armaram” uma fórmula aritmética para assegurar a redução do valor inicial da aposentadoria, quanto menor fosse a idade do aposentando. Mesmo com este já tendo contribuído por 30 ou 35 anos de atividade laboral. Acresce que esta fórmula é ainda mais fraudulenta porque, em raros casos de pessoas de mais idade, pode resultar índice superior à unidade, portanto, assegurando provento acima do que existiria sem o “fator previdenciário”. Mas, neste caso, não há o aumento porque o limite teto de benefício impõe a redução. Por via dessa artimanha, impuseram ao Congresso Nacional a contestação das negativas das reformas constitucionais ali pleiteadas e recusadas.

Agora, inclusive aqueles políticos que antes votaram contra a reforma da CF, hoje no poder, estão tentando impedir a aprovação na Câmara, de projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), já aprovado no Senado, que extingue o engodo criado. Onde estão os sindicatos e associações de trabalhadores? Sem mobilização não tem fim essa trapaça.

(\*) Aposentado do Banco do Brasil, associado e colaborador da UNAMIBB

## Dez anos sem Cyro Verçosa



Há dez anos Cyro Verçosa nos deixava repentinamente. A UNAMIBB, seus amigos e familiares perderam muito. Estamos convictos que o país perdeu também um de seus mais brilhantes defensores. Nacionalista, Cyro não viveu para ver a vitória de Lula e do PT. Não viveu para ver os acertos e erros desse Governo popular que anunciava uma aurora de direito e justiça social, mas acabou frustrando, em parte, algumas expectativas. Imaginem Cyro vivendo hoje essa crise, quando o mundo capitalista parece ter sido virado de cabeça para baixo. A sentinela do liberalismo econômico promove a intervenção do Estado na economia. “Nacionalizou” uma seguradora, a AIG e promete não parar por aí. Um pool de bancos centrais despeja dinheiro no mercado para salvá-lo, depois que a jogatina habitual deu no que deu. O mundo virou de ponta cabeça ou foi apenas a ideologia do deus-mercado que foi para o brejo levando consigo as ações e outros papéis podres? Se estivesse vivo, Verçosa provavelmente estaria feliz com a possível volta do BB ao apoio aos setores produtivos através da queda dos juros. Mas também estaria preocupado com a possível debandada dos investidores temerosos dos prejuízos com o uso político do BB e conseqüente queda das suas ações. Aonde estiver Cyro, receba nossa saudade e nossa homenagem. E saiba que a semente que você plantou, hoje é um pequeno parque de árvores sólidas. Esperamos que possam se expandir e tornarem-se uma floresta de defensores convictos do Banco do Brasil. Exatamente como você.

Cyro Verçosa faleceu no dia 17 de abril de 1999 vítima de infarto.

Desde 2006 o governo brasileiro vem preparando o Banco do Brasil para a entrada no Novo Mercado da Bovespa onde as ações são mais valorizadas. Entre as principais regras do Novo Mercado está a da governança corporativa onde a empresa deve seguir e respeitar as regras de transparência ao mercado e os direitos dos minoritários. De acordo com a Bovespa, "a valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias. Essa é a premissa básica do Novo Mercado."

Um dos entraves para a entrada do BB nesse segmento era o *free float*, ou seja, a quantidade de ações negociadas no mercado. O Banco possuía apenas 7% e era necessário atingir 25% em 3 anos.

#### Mudanças

Para conseguir a meta dos papéis negociados no mercado, o BB precisou fazer oferta pública de ações em mais de uma ocasião. Visando atingir os objetivos, em junho de 2006 o presidente Lula assinou decreto que autorizou estrangeiros a aumentar sua participação no capital do Banco de 5,6% para 12,5% do total. No mesmo mês, o BB estreou no Novo Mercado da Bovespa com a bênção do mesmo governo que hoje quer mudar as regras do jogo. Na primeira oferta pública "mais de 50 mil pessoas físicas compraram ações do Banco do Brasil na operação que fechou ontem à noite e foi considerada bem

sucedida no mercado, apesar de ter sido feita num momento de tensão, incerteza e volatilidade internacional", escreveu Miriam Leitão em seu Blog em 27/06/2006.

#### Banco de varejo

O mesmo governo que transformou o Banco do Brasil em banco de varejo, hoje quer se valer da posição de acionista majoritário para obrigá-lo a tomar atitudes que podem prejudicar os seus resultados fazendo com que suas ações sejam desvalorizadas. Numa atitude arrogante, de quem quer continuar ganhando o jogo mesmo que tenha que mudar suas regras, o governo demitiu o presidente do BB porque considerou demorada a queda dos juros via redução do *spread*. O ato foi considerado por muitos como eleitoreiro. Na outra ponta, o presidente do Bradesco considerou que se fosse fácil baixar os *spreads*, o presidente Lula o faria através de um Decreto.

#### Banco de fomento

É de longa data o desejo da UNAMIBB de que o BB voltasse a ser o banco fomentador do crescimento brasileiro. A entidade sempre combateu aquilo que chama de "bradescalização" do BB. Sempre viu o Banco como necessário na fixação do agricultor no campo, no aumento da produção de alimentos. A UNAMIBB sempre criticou a transformação da instituição em banco de varejo, mas não pode se omitir diante dos acionistas minoritários que podem ser os maiores prejudicados com o uso político do Banco do Brasil.

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

**Fundador: Cyro Verçosa**

**Endereço:** Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte (MG) - CEP: 30110-039  
Fone: (31) 3194-5900  
Fax: (31) 3194-5903  
www.unamibb.com.br  
unamibb@unamibb.com.br

#### Diretoria Presidente

Altair de Castro Pereira

#### Vice-presidente

Isa Musa de Noronha

#### Diretor Secretário

José Sana

#### Diretor Administrativo

Antonio Carlos Dias

#### Diretor Financeiro

Raimundo Vítor Santos

#### Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

**Edição, Editoração e Projeto Gráfico:** Luzia Lobato

#### Impressão:

Editores O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

## Associe-se à UNAMIBB

**Mensalidade R\$ 10,00**

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

C/C Nº: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DG

Nome da Agência: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_